

g) Elaborar o projecto de construção/remodelação de novo estabelecimento hoteleiro ou unidade de alojamento, no prazo de 18 meses, contados da data de assinatura do presente contrato;

h) Propor a definição do perímetro de protecção, no prazo de 42 meses contados da data da celebração do contrato de concessão.

i) Propor a aprovação do plano de exploração, no prazo de 42 meses contados da data da celebração do contrato de concessão. O plano de exploração deverá, em regra, conter:

A memória descritiva sobre as características do recurso;

A descrição pormenorizada dos processos de exploração e a indicação dos caudais.

j) Reiniciar a exploração do recurso no prazo de 48 meses contados da data da celebração do contrato de concessão;

k) Executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano aprovado;

l) Apresentar as análises físico-químicas e bacteriológicas da água nos termos e prazos constantes dos programas anuais definidos pela DGEG

m) Manter a DGEG informada de quaisquer modificações ao pacto social e das alterações na composição dos órgãos sociais, as quais devem ser comunicadas no prazo de 30 dias após a sua realização;

Em função dos resultados obtidos durante os trabalhos de prospecção e pesquisa a CMMC obriga-se ainda a fazer o aproveitamento geotérmico do recurso nos projectos que irá desenvolver, a fim de fazer o seu melhor aproveitamento, conforme se encontra estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de Março.

Caducidade: Todos os bens móveis e imóveis afectos à exploração manter-se-ão na propriedade plena da concessionária ressalvados os direitos de terceiros, quando se verifique a caducidade do presente contrato por decurso do seu prazo inicial ou, de qualquer das prorrogações, se concedidas nos termos do artigo 4.º do contrato.

Direcção-Geral de Energia e Geologia, 9 de Outubro de 2009. — O Subdirector Geral, *Carlos A. A. Caxaria*.

302452334

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Secretaria-Geral

Declaração de rectificação n.º 319/2010

O despacho normativo n.º 3/2010, de 22 de Janeiro, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 21, de 1 de Fevereiro de 2010, foi publicado com inexactidão, que importa corrigir, pelo que determino a sua rectificação nos seguintes termos:

No artigo 2.º do despacho normativo n.º 3/2010, de 22 de Janeiro, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 21, de 1 de Fevereiro de 2010, onde se lê «São aditadas as alíneas aa), bb) e cc) do artigo 2.º, o n.º 1.1.6 do anexo I a que se refere a alínea a) do artigo 2.º e os n.ºs 30, 31 e 32 do anexo II a que se refere o artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 7/2005, com a seguinte redacção:» deve ler-se «São aditadas as alíneas aa), bb) e cc) do artigo 2.º, o n.º 1.1.6 do anexo I a que se refere a alínea a) do artigo 2.º e os n.ºs 30, 31, 32 e 33 do anexo II a que se refere o artigo 3.º do despacho normativo n.º 7/2005, com a seguinte redacção:».

10 de Fevereiro de 2010. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Maria Isabel Salgado*.

202904606

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Despacho (extracto) n.º 3083/2010

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2009, de 11 de Setembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos à presente data, com o trabalhador Paulo Miguel de Carvalho Sucena, correspondente à posição remuneratória entre a 4.ª e a 5.ª, na sequência do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 10095/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 26 de Maio de 2009, para preenchimento de um posto de trabalho da carreira e cate-

goria de técnico superior do mapa de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.

28 de Dezembro de 2009. — O Director Regional-Adjunto, *António José Nunes Ramos*.

202904306

Despacho (extracto) n.º 3084/2010

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2009, de 11 de Setembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos à presente data, com a trabalhadora Ana Maria Alves Pantaleão Belo, correspondente à 1.ª posição remuneratória, na sequência do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 10096/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 26 de Maio de 2009, para preenchimento de um posto de trabalho da carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.

28 de Dezembro de 2009. — O Director Regional-Adjunto, *António José Nunes Ramos*.

202904396

Despacho (extracto) n.º 3085/2010

Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público a cessação do procedimento concursal comum de recrutamento de trabalhador, com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho de assistente técnico da carreira de assistente técnico, aberto pelo aviso n.º 18230/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 16 de Outubro de 2009.

2 de Fevereiro de 2010. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

202903626

Despacho (extracto) n.º 3086/2010

Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público a cessação do procedimento concursal comum de recrutamento de trabalhador, com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior da carreira de técnico superior, aberto pelo aviso n.º 13855/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 150, de 5 de Agosto de 2009.

2 de Fevereiro de 2010. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

202903675

Despacho (extracto) n.º 3087/2010

Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público a cessação do procedimento concursal comum de recrutamento de trabalhador, com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior da carreira de técnico superior, aberto pelo aviso n.º 13854/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 150, de 5 de Agosto de 2009.

2 de Fevereiro de 2010. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

202903731

Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.

Despacho n.º 3088/2010

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 11.º e n.º 12 do artigo 32.º, ambos da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, na redacção conferida pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, autorizo e aprovo a seguinte lista nominativa do pessoal a colocar em mobilidade especial, por opção voluntária.

Nos termos e para os efeitos dos artigos 13.º e 51.º da Portaria n.º 1499-A/2007, de 21 de Novembro, a presente lista nominativa é enviada à Entidade Gestora da Mobilidade e à Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

9 de Fevereiro de 2010. — A Presidente do Conselho Directivo, *Rosa Sá*.